As agriculturas familiares do Sertão em movimento

Eric Sabourin e Patrick Caron

As realidades da agricultura familiar nordestina são plurais. Ao contrário dos discursos dominantes, que invariavelmente evocam o pequeno produtor e seu imobilismo, as agriculturas familiares conhecem profundas mutações técnicas, econômicas e sociais. Os resultados dos trabalhos apresentados neste livro confirmam o quanto as palavras de ordem desenvolvimentista correspondem a percepções ideológicas ou deformadas da realidade. À sua maneira, os conhecimentos produzidos procuram aqui corrigir as representações preestabelecidas que, com muita freqüência, prevalecem.

É certo que uma parte das intervenções e dos estudos apresentados foi realizada inicialmente em contextos muito específicos, marcados pela existência de organizações de produtores, como em Massaroca, Tauá e Pintadas. A própria lógica da pesquisa-ação levou os pesquisadores a intervir em resposta às solicitações dessas organizações. Porém, essa polaridade jamais constituiu uma regra. Rapidamente, as intervenções também disseram respeito às solicitações da administração em escalas municipais (Juazeiro, Campina Grande, Petrolina), estaduais

188 20

(Pernambuco, Bahia, Ceará, Sergipe) ou federais (perímetros irrigados do Vale do São Francisco), independentemente da existência de dinâmicas de organizações de produtores. Uma única situação foi pouco abordada, pois é rara no Sertão: a dos perímetros de reforma agrária e das zonas de minifúndio, concentradas no litoral nordestino e no Agreste.

Interpretar as mutações dos agricultores familiares leva o pesquisador a aceitar sua diversidade e especificidade e a se dotar dos meios para tratar a complexidade desses processos. Essas transformações resultam, de fato, de interações entre um grande número de atores operando em diversas escalas, perseguindo objetivos diferentes, agindo em função da ausência de tempos específicos e múltiplos. Um dos principais desafios é identificar os níveis e as organizações pertinentes para entender a mudança, as tomadas de decisões individuais, coletivas e públicas. Enfim, os resultados das pesquisas têm uma vocação operacional. Eles devem permitir que os atores implicados no desenvolvimento da agricultura familiar – camponeses, técnicos, responsáveis políticos – analisem as situações e os problemas encontrados, e concebam novos projetos.

Uma nova imagem dos agricultores familiares do Nordeste

O questionamento dos discursos dominantes

No Nordeste, os mitos são duradouros, aqueles dos relatos populares, mas também os que oferecem uma imagem simplificadora da realidade. É comum escutarmos dizer ou lermos que a agricultura irrigada é o único setor da produção agrícola que merece nosso interesse, que a agricultura familiar está condenada a desaparecer, vítima de seu imobilismo, de sua incapacidade em inovar e se adaptar a um novo contexto. Os fatos mostram, pelo contrário, o quanto esta última é dinâmica, mesmo quando a irrigação não é possível. Ela é animada por mudanças e mutações perpétuas ligadas às estratégias dos atores locais e às modificações do contexto, que se traduzem por novas formas de organização social e espacial, locais e regionais.

Vimos, por exemplo, como, em menos de 10 anos, os pecuaristas de Pintadas souberam se reconverter, adquirir o material genético necessário à produção leiteira, se dotar de organizações profissionais, instalar pastagens, construir açudes, dominar técnicas de fabricação queijeira e conceber estratégias de negociação comercial.

É também comum ver a diversidade das unidades agrícolas reduzidas à sua mais simples expressão. Por um lado, haveria a grande unidade – o latifundiário ou a empresa rural –, voltada para a pecuária extensiva ou para os produtos irrigados; por outro, o minifundiário, centrado em uma agricultura rudimentar cujo objetivo seria essencialmente contribuir para a subsistência do agricultor e de sua família. Evidentemente, no Nordeste, existe o problema do acesso à terra, mesmo se esse é um fato sobretudo presente na Zona da Mata e no Agreste, porém ele não deve mascarar a diversidade das situações, inclusive entre as agriculturas familiares. A diversidade dos sistemas camponeses de pecuária ou de criação de animais e de gestão dos recursos hídricos coloca essa imagem de lado.

Os mitos e as representações veiculados quanto às sociedades rurais e aos sistemas de produção agrícola do Nordeste fazem ainda parte da atualidade. Porém, nossa percepção da realidade poderia se expressar por essas exclamações: Que dinamismo! Que capacidade de inovação! Que diversidade!

Agriculturas familiares que afirmam suas particularidades

As trajetórias de desenvolvimento confirmam uma integração já antiga, da agricultura familiar nordestina na economia nacional. Constata-se porém uma forte diversidade das trajetórias de evolução. Alguns espaços marginalizam-se; outros, ao contrário, passam a fazer parte da construção de uma nova bacia de produção. Em todos os casos, são novas formas de organização espacial e social que se desenham, afirmam suas especialidades e nos levam a discutir a própria noção de espaço local, a lhe dar novamente um sentido em relação a essas formas de organização que induzem e marcam a mudança.

As agriculturas familiares mantiveram-se e desenvolveram-se em zonas onde elas existiam antes da modernização da economia

nordestina. Conheceram choques brutais ou progressivos nos anos 70 e 80, depois da implantação, pelo Estado, de infra-estruturas rodoviárias e hidráulicas. Na maior parte dos casos estudados, encontra-se a mesma constante: o desenvolvimento da agricultura familiar passa pela emergência de uma capacidade local de negociação e de formalização de projetos políticos e econômicos. Em Massaroca, por exemplo, a consolidação de redes sócio-técnicas locais e a construção de alianças assegurando apoios institucionais exteriores basearam-se em estruturas camponesas comunitárias, por um lado, e em organizações profissionais de tipo associativo, por outro.

As mudanças demográficas (migrações e crescimento urbano), a organização territorial, a evolução dos mercados e a concessão de créditos e de subsídios aos produtores ou às suas organizações provocaram, ao longo das últimas 4 décadas, profundas mutações. Desses episódios decorreram recomposições sociais e políticas. Aparecem novos tipos de relações econômicas. Novos espaços se estruturam. Surgem novos atores, como as indústrias leiteiras, em Nossa Senhora da Glória, ou as organizações não-governamentais, em Juazeiro e Tauá. Em cada caso, o fato técnico condiciona as evoluções e se vê, em sentido inverso, marcado por estas.

Os produtores familiares, que são frequentemente apresentados como vivendo na categoria de auto-subsistência e refratários à inovação, definem, na verdade, de maneira permanente, estratégias de adaptação. Citemos as condições do mercado, que ultimamente levaram os pecuaristas e os fabricantes de queijo de Nossa Senhora da Glória a passar, em alguns meses, da fabricação do queijo de coalho ancestral para aquela da mussarela para pizzarias, da ricota, e depois para o coalho pré-cozido.

Na verdade, existe uma forte e antiga relação entre os produtores familiares do Sertão e o mercado, desde os primeiros ciclos de culturas comerciais: carne e couro, algodão, mamona, sisal, e mesmo tabaco em algumas regiões. Esse fato histórico contrasta com a representação, comum no Brasil, de uma agricultura familiar nordestina marginal, pouco integrada ao mercado e voltada para a subsistência (Silva et al., 1994). Ao contrário, a produção familiar representa efetiva concorrência, em matéria de fruticultura irrigada, às empresas, que são entretanto subvencionadas, inclusive na Califórnia do Nordeste, o pólo irrigado do Vale do São Francisco (Marinozzi & Correia, 1999).

A agricultura familiar apresenta também várias particularidades. A estreita ligação entre propriedade, trabalho, consumo, gestão e comercialização da produção gera uma forte capacidade de adaptação dos produtos e dos itinerários técnicos. Em uma situação de incerteza, os pequenos produtores adotam uma série de estratégias ou de medidas anti-riscos, tais como otimização e redução dos custos, diversificação da produção, alternância entre consumo e comercialização de produtos, atividades extra-agrícolas, migração e procura de possibilidades de incorporação de valor agregado aos produtos agrícolas.

Essas especificidades induzem formas de comercialização particulares. Elas envolvem um enfoque específico dos circuitos e das formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar. O estudo dos circuitos de comercialização mostra como se estruturam sistemas de intermediação, como se organizam os confrontos entre as lógicas camponesas, e as comerciais e agroindustriais. Evidentemente, os produtores familiares encontram muitas dificuldades para valorizar sua produção. Por falta de acesso ao crédito, eles são, com freqüência, vítimas das práticas usurárias dos comerciantes e dos grandes proprietários. Entretanto, eles tampouco são sistematicamente explorados. A realidade é bem mais complexa. A análise das funções asseguradas pelos diversos agentes de um segmento reabilita, às vezes, o atravessador, geralmente apontado como explorador dos pequenos produtores. Além dos serviços de proximidade e das formas de transação mais adaptadas aos produtores familiares oferecidos por alguns comerciantes ou artesãos, os trabalhos realizados nas bacias leiteiras e também nos perímetros irrigados demonstram que normas de qualidade e redes de inovação são implantadas em torno da informação e da ação dos atravessadores. Em Nossa Senhora da Glória, observa-se uma forte correlação entre a multiplicidade dos sistemas de produção leiteira familiar, a variedade das formas de comercialização do leite e a diversificação dos produtos leiteiros, associada a uma segmentação crescente dos mercados.

Diversidade e especificidades caracterizam também a unidade agrícola familiar. As trajetórias de acumulação são marcadas pela sucessão de várias fases, ao longo das quais não somente os meios de produção, mas também os objetivos que lhe são fixados evoluem.

Camponeses do Sertão

27

A posição do produtor em uma tal trajetória condiciona de modo marcante a inovação. Para interpretar ou propor a mudança técnica, torna-se, desde então, necessária a referência a esses processos. A plasticidade funcional das atividades de pecuária ilustra perfeitamente as relações que se instauram entre estratégias evolutivas e mudanças técnicas.

Discernir as evoluções: um desafio para a pesquisa

Um objeto científico complexo

As especificidades da agricultura familiar, ilustradas ao longo deste livro, justificam o reconhecimento de um objetivo científico particular: os mecanismos de transformação dessas formas de agricultura. Para estudá-lo, para não reduzir sua complexidade, foram escolhidos vários ângulos de enfoque e atravessadas as fronteiras disciplinares, como reflete essa síntese, evidentemente construída a posteriori. Gestão das unidades familiares e inovação, mudanças sociais e organizacionais em matéria de desenvolvimento local e de comercialização, dinâmicas regionais e organização territorial são outros temas estreitamente interligados, mesmo quando tratados em separado.

Enquanto as perguntas iniciais feitas pelos parceiros eram sobretudo relativas à difusão da mudança técnica, as respostas dadas diziam essencialmente respeito às regras de coordenação entre os atores, no seio das famílias, das localidades e das cadeias produtivas. Elas constituem elementos que destacam as estreitas relações que se estabelecem entre mudanças técnicas, dinâmicas sociais, inserção econômica e projeto territorial.

Escalas espaciais e temporais inseridas umas nas outras

Discernir as modalidades e os fatores de evolução das agriculturas familiares leva a considerar, além da integração da diversidade, várias escalas de análise.

Em escala da unidade de produção agrícola, o estudo das práticas e das estratégias dos produtores destaca a importância dos modos de apropriação ou de valorização dos recursos fundiários, que condicionam numerosas inovações e permitem compreender o que chamamos de cadeias de evolução técnica, uma estreita relação entre a evolução dos sistemas de produção e a dos espaços que foi assim estabelecida. Vimos, por exemplo, como alguns sistemas de pecuária são marcados pela expressão de lógicas pioneiras e por que a mudança técnica procedia, entre outras, de uma modificação das características do mercado fundiário local.

O espaço produzido torna-se, por sua vez, recurso implicado nos processos de gênese e de difusão da inovação e de recomposição das atividades agropastoris. A escala local é, de fato, um lugar privilegiado de diálogo, de identificação da demanda social, de concepção e de experimentação de inovação. É nessa escala que as redes sócio-técnicas se constroem, que os atores podem se engajar nesses projetos. É nessa escala também, se voltarmos ao exemplo da pecuária, que podem ser definidas regras de apropriação e de utilização dos recursos pastoris coletivos (fundos de pasto).

Os espaços locais são submetidos a dinâmicas endógenas, mas também exógenas, ligadas a fatores freqüentemente decididos no escalão nacional e regional, em lugares de concentração do poder político econômico, que condicionam fortemente a organização do espaço. A estabilidade ou a mudança depende do equilíbrio entre dinâmicas endógenas e exógenas, e da capacidade dos atores locais em formular projetos, em negociar transferências e parcerias econômicas. Essas transformações não são sofridas, mas empreendidas e cristalizadas pelo exercício de produção do espaço local que, ao contrário de um receptáculo, constitui um verdadeiro ateliê onde se desenham novas formas de organização. Acontece, entretanto, que as dinâmicas exógenas são determinantese o controle de seu futuro individual e coletivo escapa aos atores locais.

Em escala do Nordeste semi-árido, o modelo de organização do espaço fornece um quadro de representação das dinâmicas regionais. O modelo permite também melhor compreender os fenômenos de transformação local, graças ao posicionamento de cada uma das situações em seu meio social, econômico e institucional.

A integração entre essas diferentes escalas se baseia, inicialmente, em um enfoque comparativo das evoluções locais, a fim de identificar as invariantes, mas também as reacões totalmente particulares registradas em tal ou tal localidade após uma modificação do meio global. Ela se apóia também em uma análise em várias escalas dos processos históricos de mudança. Em cada uma dessas escalas, os períodos ou ciclos temporais a considerar são múltiplos e interagem (Muxart et al., 1992). Um pecuarista concebe suas práticas de alimentação e de manejo do rebanho, por exemplo, em função da apreciação da qualidade das forragens em um dado momento e da avaliação das forragens disponíveis antes da chegada das chuvas. Ele as concebe também considerando o risco de secas recorrentes e da obrigação que terá talvez, dentro de 3 ou 5 anos, de vender grande número de animais. Essas práticas podem enfim ser condicionadas por um processo de cercamento, que se desenvolve ao longo de várias décadas ou pela concorrência dos produtos leiteiros importados que se faz sentir alguns anos após a abertura do mercado nacional.

Nexos de desenvolvimento a descobrir

A análise das transformações, graças à integração de escalas espaciais e temporais, leva a identificar um encaixamento dos níveis funcionais de organização. Os processos de mudança resultam de interações entre unidades territoriais político-administrativas (país, estado, município), espaços locais, cujos limites evoluem e repousam na organização de redes sociais, e cadeias produtivas que desenham configurações atravessando essas unidades espaciais. Esses níveis de organização raramente coincidem. A mudança está estreitamente ligada às coordenações que os atores estabelecem entre eles. É graças às redes locais de aprendizagem e à legislação fiscal que os produtores artesanais de queijos de Nossa Senhora da Glória se constituíram numa clientela de fornecedores de leite e são, hoje, capazes de abastecer os vendedores das praias de Salvador ou as pizzarias de São Paulo, quando falta mussarela.

Revela-se impossível encontrar, a priori, explicações simples ou determinantes, fatores ou "caixas pretas" que permitiriam identificar nexos de desenvolvimento, níveis funcionais pertinentes

para caracterizar e representar uma situação, um estado de desenvolvimento. Quanto ao espaco local, por exemplo, somente a análise da mudança — pois esta modifica os equilíbrios em presença — permite descobrir os níveis de organização e de coerência que dão sentido aos comportamentos dos atores.

Uma pesquisa para o desenvolvimento?

Novos problemas, novas perguntas

No Brasil, a tendência geral, sustentada pelas políticas agrícolas, sempre foi a de reforçar as empresas rurais capitalistas. A agricultura familiar se encaixava no quadro das rupturas do modelo dominante. Hoje, os efeitos conjuntos da integração regional no Mercosul, da liberação das importações e da alta das taxas de juros marcam o conjunto da agricultura brasileira. O descomprometimento do Estado, o reforço das prerrogativas das coletividades territoriais, principalmente dos municípios, e a crise das instituições públicas de desenvolvimento também modificam profundamente o contexto. São tantas outras novas perguntas que se apresentam, que são feitas à pesquisa, que concernem, de modo geral, os modelos de desenvolvimento a serem promovidos, assim como o lugar e as funções das agriculturas familiares.

Novas questões, novas práticas de pesquisa

A fim de contribuir para esse debate, parece-nos importante analisar as dinâmicas em curso. Os temas tratados e os métodos usados pela pesquisa evoluíram no decorrer do tempo. Eles surgiram de ações voluntárias de promoção da inovação técnica. Com o tempo, os problemas e as questões levantadas pelos produtores do Sertão modificaram o curso das atividades e das análises empreendidas. As dificuldades encontradas pelos políticos locais e pelos técnicos do desenvolvimento, cujos elementos de resposta permanecem frequentemente limitados a referências indiferenciadas oriundas da estação experimental, também contribuíram para fazer evoluir os dispositivos e os temas de pesquisa. Estes últimos surgiram como tantas tentativas para atender as demandas provenientes de atores particulares — organizações de produtores, instituições de

desenvolvimento, coletividades territoriais — ou então em função das dinâmicas observadas. As pesquisas sempre foram orientadas e aplicadas. As escalas meso e microrregionais, não exclusivas, dominaram. Analisar e interpretar as realidades agrárias nordestinas e suas evoluções, as estratégias e as lógicas dos seus diferentes atores levaram, portanto, os pesquisadores a se perguntarem sobre a operacionalidade dos resultados e sobre a pertinência dos temas e dos métodos de pesquisa.

Novas funções da pesquisa

.

Os conhecimentos são produzidos para serem operacionais. Concebidos para ajudar na decisão, eles visam agir sobre o comportamento dos atores. Produzir modelos permite modificar as representações que os atores têm de uma realidade complexa. Tratase então de facilitar a decisão e a ação, produzindo símbolos e modelos que contribuam para melhor formular ou reformular os problemas a serem resolvidos, que ajudem os atores a elaborar novas representações dos possíveis futuros e a formalizar, graças ao diálogo, estratégias de ação e projetos individuais e coletivos. Identificar e explicitar cenários constitui a base do diálogo social. Não é tanto o caráter objetivo, totalmente ilusório, da representação que é importante, mas sua capacidade, por meio da informação veiculada, em modificar a reflexão e os processos de aprendizagem e de decisão dos atores. Foi o caso de Massaroca, onde o acompanhamento das práticas financeiras dos produtores e do sistema de crédito levou os responsáveis camponeses a modificarem as condições de concessão, de garantia e de reembolso dos empréstimos.

A evolução das práticas dos atores do desenvolvimento remete a uma dimensão institucional, onde a organização das instituições torna-se, por sua vez, objeto de pesquisa e de intervenção. Para isso, o dispositivo de pesquisa foi organizado para combinar três funções: uma função de observatório, uma função de experimentação ou de ação e uma função de planejamento. Os exemplos do zoneamento agrícola de Juazeiro e as experiências de planejamento municipal ilustram a diversidade e a vivacidade das dinâmicas geradas a partir do apoio a estruturas ou espaços de negociação municipais. Verifica-se nesse caso como a produção de

informações e a existência de locais onde elas possam ser socializadas – e onde possa ser organizada a coordenação entre os atores – influem nas tomadas de decisão e na programação das ações.

Níveis de análise, locais de ação

Se a integração de várias escalas é necessária para explicar evoluções, ela o é também para conceber projetos coerentes. Tratase então de um encaixe a ser construído entre vários níveis de ação possíveis — individual, coletivo e público —, em função das questões submetidas à pesquisa ou reformuladas pelos pesquisadores.

Dificilmente poderíamos implantar, sob pena de fracasso, um projeto de desenvolvimento da produção leiteira sem definir, de maneira coordenada, coerente e hierarquizada, ações de apoio à gestão das unidades produtoras, à estruturação dos serviços aos pecuaristas, à legislação sanitária, à organização das cadeias, etc. A identificação dos nexos de desenvolvimento constitui o primeiro passo, mesmo se as escalas pertinentes não são necessariamente as mesmas para a análise e para a ação, mesmo se a ação supõe freqüentemente a implantação de novas formas de organização.

Entre políticas nacionais e difusão de novas técnicas entre produtores, há numerosos locais e temas de ação para o apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Os problemas não são resolvidos pela difusão de tal ou tal variedade melhorada, nem por uma simples reforma das instituições regionais. Não se pode, nesse sentido, evocar o desenvolvimento regional e suas perspectivas sem voltar às desigualdades fundiárias que caracterizam a estrutura agrária do Nordeste. Essa herança da história é frequentemente apresentada como uma forte restrição, como uma condição prévia ao desenvolvimento. O problema é real, mais acentuado em um ponto que em outro. Ele é bem menor no Sertão semi-árido que no Agreste ou na região litorânea da cana-de-açúcar. Por isso, neste livro, ele foi pouco tratado, mesmo para o conjunto do Nordeste. Apesar da importância desse fator, e sem negligenciá-lo, mostramos que transformações profundas eram possíveis, que elas existiam. Não procuramos contornar o problema da estrutura fundiária, mas talvez atribuir-lhe seu justo valor, comparado com o dinamismo e a capacidade de inovação demonstrados pelos agricultores familiares.

.